

ÍNDICE GERAL

PARTE I DIREITO BANCÁRIO INSTITUCIONAL

- BANCO DE PORTUGAL

Preceitos constitucionais	7
I. Diplomas orgânicos	8
2.1. Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro	8
2.2. Decreto-Lei n.º 231/95, de 12 de Setembro	11
2.3. Lei n.º 3/96, de 5 de Fevereiro	13
2.4. Lei Orgânica do Banco de Portugal	14
Capítulo I – Natureza e sede	14
Capítulo II – Capital, reservas e provisões	15
Capítulo III – Emissão monetária, reservas cambiais e outras coberturas	15
Capítulo IV – Funções de Banco Central	20
Capítulo V – Governo, administração e fiscalização	28
Capítulo VI – Organização dos serviços	35
Capítulo VII – Orçamento e contas	35
Capítulo VIII – Trabalhadores	37
Capítulo IX – Disposições gerais	37

I – REGIME GERAL DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

E SOCIEDADES FINANCEIRAS

3.1. Lei n.º 9/92, de 3 de Julho	39
3.2. Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro	47
3.3. Decreto-Lei n.º 246/95, de 14 de Setembro	53
3.4. Decreto-Lei n.º 232/96, de 5 de Dezembro	55
3.5. Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras	60
Título I – Disposições gerais	61
Título II – Autorização das instituições de crédito com sede em Portugal	67
Título III – Actividade no estrangeiro de instituições de crédito com sede em Portugal	76
Título IV – Actividade em Portugal de instituições de crédito com sede no estrangeiro	79
Título V – Registo	86
Título VI – Regras de conduta	89
Título VII – Normas prudenciais e supervisão	97
Título VIII – Saneamento	114
Título IX – Fundo de garantias de depósitos	119
Título X – Sociedades financeiras	129
Título X-A – Serviços de investimento e empresas de investimento	137
Título XI – Sanções	142

II – INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO EM ESPECIAL

I. Caixa Geral de Depósitos	154
4.1. Decreto-Lei n.º 287/93, de 20 de Agosto	154
4.2. Estatutos da Caixa Geral de Depósitos	160

Capítulo I – Natureza, denominação, duração, sede e objecto	160
Capítulo II – Capital social, acções, obrigações	161
Capítulo III – Órgãos sociais	162
Capítulo IV – Ano social, aplicação de resultados	167
4.3. Legislação especial relativa à Caixa Geral de Depósitos	168
4.3.1. Decreto-Lei n.º 48/953, de 5 de Abril de 1969	168
4.3.2. Regulamento da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência	174
5. Caixas económicas	182
5.1. Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio	182
5.2. Decreto-Lei n.º 231/79, de 24 de Julho	184
5.3. Decreto-Lei n.º 281/80, de 14 de Agosto	185
5.4. Decreto-Lei n.º 79/81, de 20 de Abril	186
5.5. Decreto-Lei n.º 49/86, de 14 de Março	187
5.6. Decreto-Lei n.º 212/86, de 1 de Agosto	189
5.7. Decreto-Lei n.º 182/90, de 6 de Junho	190
5.8. Decreto-Lei n.º 319/97, de 25 de Novembro	191
5.9. Texto actualizado do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio	192
Capítulo I – Disposições gerais	192
Capítulo II – Actividades das caixas	194
Capítulo III – Garantias de liquidez e solvabilidade	198
Capítulo IV – Órgãos sociais	198
Capítulo V – Contas e resultados	200
Capítulo VI – Disposições finais	201
6. Caixas de crédito agrícola mútuo	203
6.1. Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro	203
6.2. Decreto-Lei n.º 230/95, de 12 de Setembro	210
6.3. Decreto-Lei n.º 320/97, de 25 de Novembro	213
6.4. Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola	214
Capítulo I – Das caixas de crédito agrícola mútuo	214
Capítulo II – Das organizações cooperativas de grau superior	237
Capítulo III – Da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	237
Capítulo IV – Do sistema integrado do crédito agrícola mútuo	243
7. Sociedades de investimento	255
Decreto-Lei n.º 260/94, de 22 de Outubro	255
8. Sociedades de locação financeira	258
Decreto-Lei n.º 72/95, de 15 de Abril	258
9. Sociedades de cessão financeira (<i>factoring</i>)	261
Decreto-Lei n.º 171/95, de 18 de Julho	261
10. Sociedades financeiras para aquisições a crédito	265
Decreto-Lei n.º 206/95, de 14 de Agosto	265
IV – SOCIEDADES FINANCEIRAS	
11. Sociedades corretoras e financeiras de corretagem	268
11.1. Decreto-Lei n.º 229-I/88, de 4 de Julho	268
11.2. Decreto-Lei n.º 417/91, de 26 de Outubro	269
11.3. Texto actualizado do Decreto-Lei n.º 229-I/88, de 4 de Julho	271
12. Sociedades mediadoras dos mercados monetário ou de câmbios	283
Decreto-Lei n.º 110/94, de 28 de Abril	283
13. Fundos de investimento mobiliário	286
13.1. Decreto-Lei n.º 276/94, de 2 de Novembro	286
13.2. Decreto-Lei n.º 308/95, de 20 de Novembro	289
13.3. Decreto-Lei n.º 323/97, de 26 de Novembro	290
13.4. Texto actualizado do Decreto-Lei n.º 276/94, de 2 de Novembro	292
Capítulo I – Das instituições de investimento colectivo	292

Índice Geral

Capítulo II	– Dos fundos de investimento mobiliário abertos.....	312
Capítulo III	– Dos fundos de investimento mobiliário fechados.....	315
Capítulo IV	– Dos fundos de tesouraria.....	316
Capítulo V	– Fundos de fundos	317
Capítulo VI	– Agrupamentos de fundos.....	318
Capítulo VII	– Disposições transitórias e finais	319
14.	Fundos de investimento imobiliário	320
	Decreto-Lei n.º 294/95, de 17 de Novembro	320
	Capítulo I – Das instituições de investimento colectivo em valores imobiliários	321
	Capítulo II – Dos fundos.....	328
	Capítulo III – Disposições transitórias e finais	341
15.	Sociedades emitentes ou gestoras de cartões de crédito	342
	Decreto-Lei n.º 166/95, de 15 de Julho.....	342
16.	Sociedades gestoras de patrimónios	344
16.1.	Decreto-Lei n.º 163/94, de 4 de Junho	344
16.2.	Decreto-Lei n.º 17/97, de 21 de Janeiro	345
16.3.	Texto actualizado do Decreto-Lei n.º 163/94, de 4 de Junho	347
17.	Sociedades de desenvolvimento regional	351
17.1.	Decreto-Lei n.º 25/91, de 11 de Janeiro	351
17.2.	Decreto-Lei n.º 247/94, de 7 de Outubro	353
17.3.	Texto actualizado do Decreto-Lei n.º 25/91, de 11 de Janeiro	354
18.	Sociedades de capital de risco	364
18.1.	Decreto-Lei n.º 433/91, de 7 de Novembro	364
18.2.	Decreto-Lei n.º 175/94, de 27 de Junho	366
18.3.	Texto actualizado do Decreto-Lei n.º 433/91, de 7 de Novembro	367
	Capítulo I – Âmbito de aplicação	367
	Capítulo II – Regime geral	367
	Capítulo III – Regime especial	373
	Capítulo IV – Disposições finais	375
19.	Sociedades administradoras de compras em grupo	376
19.1.	Decreto-Lei n.º 237/91, de 2 de Julho	376
19.2.	Decreto-Lei n.º 22/94, de 27 de Janeiro	378
19.3.	Texto actualizado do Decreto-Lei n.º 237/91, de 2 de Julho	380
20.	Agências de câmbios	391
20.1.	Decreto-Lei n.º 3/94, de 11 de Janeiro	391
20.2.	Decreto-Lei n.º 298/95, de 18 de Novembro	392
20.3.	Texto actualizado do Decreto-Lei n.º 3/94, de 11 de Janeiro	393
21.	Finangeste	394
21.1.	Decreto-Lei n.º 250/82, de 26 de Junho	394
21.2.	Estatutos da FINANGESTE	397
	Capítulo I – Disposições fundamentais	397
	Capítulo II – Dos órgãos sociais	398
	Capítulo III – Intervenção do Governo	403
	Capítulo IV – Do pessoal	404
	Capítulo V – Disposições diversas	404
	PARTE II	
	DIREITO BANCÁRIO MATERIAL	
22.	Código Comercial	407
22.1.	Carta de Lei de 28 de Junho de 1888	407
22.2.	Preceitos do Código Comercial	409
23.	Depósito bancário	418

23.1.	Regime geral: Decreto-Lei n.º 430/91, de 2 de Novembro	418
23.2.	Conta poupança-reformados	421
23.2.1.	Decreto-Lei n.º 138/86, de 14 de Junho	421
23.2.2.	Decreto-Lei n.º 158/87, de 2 de Abril	422
23.2.3.	Texto actualizado do Decreto-Lei n.º 136/86.....	423
23.3.	Conta poupança-emigrante	426
23.3.1.	Decreto-Lei n.º 323/95, de 29 de Novembro.....	426
23.3.2.	Decreto-Lei n.º 65/96, de 31 de Maio	428
23.3.3.	Texto actualizado do Decreto-Lei n.º 323/95.....	430
23.3.4.	Portaria n.º 1476/95, de 23 de Dezembro.....	436
23.4.	Conta poupança-habitação	439
23.4.1.	Decreto-Lei n.º 382/89, de 6 de Novembro.....	439
23.4.2.	Decreto-Lei n.º 294/93, de 25 de Agosto	441
23.4.3.	Decreto-Lei n.º 211/95, de 17 de Agosto	443
23.4.4.	Texto actualizado do Decreto-Lei n.º 382/89	444
23.5.	Conta poupança-condomínio	451
	Decreto-Lei n.º 264/94, de 25 de Outubro	451
23.6.	Certificados de depósitos	455
23.6.1.	Decreto-Lei n.º 372/91, de 8 de Outubro	455
23.6.2.	Decreto-Lei n.º 387/93, de 20 de Novembro.....	456
23.6.3.	Texto actualizado do Decreto-Lei n.º 372/91, de 8 de Outubro.....	457
24.	Câmbios e transacções com o exterior	460
24.1.	Decreto-Lei n.º 13/90, de 8 de Janeiro	460
24.2.	Decreto-Lei n.º 176/91, de 14 de Maio	463
24.3.	Decreto-Lei n.º 170/93, de 11 de Maio	465
24.4.	Texto actualizado do Decreto-Lei n.º 13/90	467
24.5.	Texto actualizado do Decreto-Lei n.º 176/91	486
25.	Cheques	499
25.1.	Lei Uniforme	499
25.1.1.	Decreto-Lei n.º 23:721, de 29 de Março de 1934	499
25.1.2.	Texto da Lei Uniforme Relativa ao Cheque	500
25.1.3.	Solução dos conflitos de leis em matéria de cheques	515
25.1.4.	Convenção relativa ao imposto de selo em matéria de cheques	518
25.2.	Serviços de compensação	519
	Decreto-Lei n.º 381/77, de 9 de Setembro	519
25.3.	Restrições ao uso do cheque	522
25.3.1.	Lei n.º 30/91, de 20 de Julho	522
25.3.2.	Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro	526
25.3.3.	Lei n.º 114/97, de 16 de Setembro	535
25.3.4.	Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro.....	540
25.3.5.	Novo regime jurídico do cheque sem provisão	544
26.	Crédito	555
26.1.	Mútuos bancários	555
	Decreto-Lei n.º 32:765, de 29 de Abril de 1943	555
26.2.	Crédito ao consumo	557
	Decreto-Lei n.º 359/91, de 21 de Setembro	557
26.3.	Compra e venda com mútuo	570
	Decreto-Lei n.º 255/93, de 15 de Julho	570
26.4.	Serviço de Centralização de Riscos de Crédito	575
	Decreto-Lei n.º 29/96, de 11 de Abril	575
26.5.	Locação financeira	579
26.5.1.	Decreto-Lei n.º 149/95, de 24 de Junho	579
26.5.2.	Decreto-Lei n.º 265/97, de 2 de Outubro	581
26.5.3.	Texto actualizado do Decreto-Lei n.º 149/95, de 24 de Junho	583

Índice Geral

27. Garantias e títulos especiais	591
27.1. Penhor bancário	591
27.1.1. Decreto-Lei n.º 29/833, de 17 de Agosto de 1939	591
27.1.2. Decreto-Lei n.º 32/032, de 22 de Maio de 1942	595
27.2. Obrigações hipotecárias	598
27.2.1. Decreto-Lei n.º 125/90, de 16 de Abril	598
27.2.2. Decreto-Lei n.º 17/95, de 27 de Janeiro	600
27.2.3. Texto actualizado do Decreto-Lei n.º 125/90, de 16 de Abril	601
27.3. Obrigações de caixa	610
Decreto-Lei n.º 408/91, de 17 de Outubro	610
27.4. Títulos de dívida de curto prazo (papel comercial)	614
27.4.1. Decreto-Lei n.º 181/92, de 22 de Agosto	614
27.4.2. Decreto-Lei n.º 231/94, de 14 de Setembro	616
27.4.3. Texto actualizado do Decreto-Lei n.º 181/92	617
28. Disposições subsidiárias do Código Civil	623

PARTE III **DIREITO COMUNITÁRIO**

I – DIREITO EUROPEU INSTITUCIONAL

29. Tratado da União Europeia	665
29.1. Decreto do Presidente da República n.º 63/92, de 30 de Dezembro	665
29.2. Resolução da Assembleia da República n.º 40/92	665
29.3. Tratado da União Europeia	667
30. Protocolo relativo aos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu	686
31. Protocolo relativo aos Estatutos do Instituto Monetário Europeu	706

II – DIREITO EUROPEU MATERIAL

32. Directriz n.º 77/780/CEE, de 12 de Dezembro de 1977 (Primeira Directriz de Coordenação Bancária)	716
33. Directriz n.º 89/299/CEE, do Conselho, de 17-Abr.-1989 (Directriz Fundos próprios)	735
34. Directriz n.º 89/646/CEE, do Conselho, de 15-Dez.-1989 (Segunda Directriz de Coordenação Bancária)	744
35. Directriz n.º 89/647/CEE, do Conselho, de 18-Dez.-1989 (Directriz <i>Ratio de Solvabilidade</i>)	765
36. Directriz n.º 92/30/CEE, do Conselho, de 6-Abr.-1992 (Directriz da Superintendência em Base Consolidada)	782
37. Directriz n.º 92/121/CEE, do Conselho, de 21-Dez.-1992 (Directriz Grandes Riscos)	794
38. Directriz n.º 93/6/CEE, do Conselho, de 15-Mar.-1993 (Directriz Adequação dos Fundos Próprios)	807
39. Directriz n.º 93/22/CEE, do Conselho, de 10-Mai.-1993 (Directriz Serviços de Investimento)	848
40. Directriz n.º 94/19/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 30-Mai.-1994 (Directriz Garantia dos Depósitos)	887
41. Directriz n.º 95/26/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 29-Jun.-1995	903
42. Directriz n.º 96/13/CE, do Conselho Europeu, de 11-Mar.-1996	
Índice ideográfico	915
Índice geral	923